

CEDI

Povos Indígenas no Brasil

Fonte: Porantim Class.: 35

Data: Abril/85 Pg.: 62

Página 12

PORANTIM

Abril de 1985

A longa luta dos Xakriabá para recuperar suas terras

União é força. A lição foi aprendida quando, em julho do ano passado, os povos Pataxó, Maxakali, Krenak e Xakriabá estiveram reunidos no I Congresso Indígena em Minas Gerais.

Pertencentes ao tronco lingüístico Macro-Jê, os Xakriabá resistiram a séculos de dominação e de opressão por parte das frentes mineradoras, agrícolas e pastoris.

A identidade étnica tem sido a arma com que este povo combate os espoliadores de seu chão físico e cultural.

Donos de um imenso território na margem esquerda do rio São Francisco, no norte de Minas, os 3.500 Xakriabá enfrentam muitos inimigos. Ontem, latifundiários paulistas e baianos os empregaram nas guerras contra os Kayapó meridionais. Hoje, a cobiça por suas terras envolve funcionários da Funai, posseiros, grileiros e grandes proprietários. Em geral, os inimigos dos índios possuem um interesse comum: criar gado na área indígena.

A maioria das terras habitada pelos Xakriabá não pertence, de fato, à União — como dispõe o artigo 198 da Constituição Federal. Essas terras foram "doadas" aos índios pela Coroa Portuguesa, no ano de 1728, por eles terem participado da Guerra do Paraguai. No início de 1979, a Funai delimitou a terra dos Xakriabá. Iniciada em março desse mesmo ano, a demarcação foi feita numa gleba de 46.414 hectares, uma área inferior à que havia sido delimitada. Um pouco mais de 1/3 da área doada pela Coroa Por-

tuguesa, em 1728, ficou fora da demarcação feita pela Funai. Quando demarcou a área, o órgão tutor não retirou da terra dos índios as fazendas ali instaladas, as quais continuam ainda hoje expandindo suas posses.

A partir de 1967, a grilagem do território dos Xakriabá foi institucionalizada. Senão, vejamos. Foi nessa mesma época que a Ruralminas (uma espécie de Instituto de Terras do Governo de Minas), ao desenvolver projetos agrícolas na região do Vale do São Francisco, atraiu grupos empresariais e grandes fazendeiros. Ao longo dos anos, essas terras foram sendo invadidas pelos brancos e quase toda a área indígena se transformou em vila ou cidade. Além do mais, uma poderosa fábrica de cimento, a Cauê, pretende tomar a área deste povo.

ENCURRALADOS

Espalhados em 17 aldeias — a maioria delas de difícil acesso — os índios estão encurralados em suas próprias casas, sem espaços para plantar suas roças e criar animais. A

situação está ficando cada dia mais tensa. Um verdadeiro cerco cultural e econômico vem sendo imposto aos índios pela sociedade nacional (leia-se políticos e fazendeiros).

Entre os maiores grileiros das terras dos Xakriabá encontram-se Manoel Caribé Filho, do município de Montes Claros, um político de forte influência no norte de Minas (8.100 hectares grilados); Alceu Costa Pereira (mil hectares); Paulo Roque — um empresário de Recife (12 mil hectares); e o prefeito de Itacarambi, José Ferreira de Paula — ex-PDS e hoje na Frente Liberal (4 mil hectares). "Um prefeito grileiro", diziam em carta, enviada à redação, um índio Xakriabá, referindo-se a José Ferreira que, ao que consta, é um dos grileiros mais perigosos (ver *PORANTIM* n.º 65).

O risco de conflitos é constante. Após visitarem a área em janeiro passado, membros de algumas entidades indigenistas encaminharam aos secretários Ronan Tito, do Trabalho, e

Bias Fortes, da Segurança, um minucioso relatório sobre a situação dos Xakriabá. Até o momento o Governo de Minas Gerais ainda não forneceu nenhuma resposta a estas entidades, e tampouco tomou alguma medida concreta em favor dos índios.

Independente de um posicionamento governamental, os Xakriabá têm procurado abrir roças, em mutirão, nas áreas conflitadas, para garantir a reocupação das terras da margem esquerda do rio São Francisco, entre os rios Carinhonha e Paracatu. Quando do I Congresso Indígena em Minas Gerais, representantes deste povo reivindicaram, entre outros pontos, "a imediata homologação de seu território — demarcado em 79 — pelo Presidente da República e seu consequente registro no Serviço de Patrimônio e no cartório da localidade do imóvel. Que a área de Rancharia seja também reconhecida como área indígena". Pressionar os organismos governamentais é a palavra de ordem ouvida entre os Xakriabá.

